



# Poder Legislativo

## Câmara de Vereadores de São Sepé - RS

www.saosepe.rs.leg.br - E-mail: legisss@plugnet.psi.br

PROCESSO Nº. 07/2026

DISPENSA PRESENCIAL Nº. 06/2026

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I e/ou II da Lei 14.133/2021

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO SEPÉ, Inscrito na CNPJ Nº 89.601.1240001-36, com sede na Rua Osvaldo Aranha, 1859, Centro, São Sepé/RS, CEP 97.340-000, por intermédio da Gerência de Compras, Controle, Licitações e Contratos, torna público que, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos artigo nº 75, inciso I e/ou II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:  
DIA 09/06/2026, ÀS 23:59 HORAS via e-mail.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:  
legisss@plugnet.psi.br

LINK DO EDITAL: <https://www.cmsaosepe.rs.gov.br/imprensa/licitacoes/DISPENSA-DE-LICITacao-1/2026>

### 1.0 – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto desta Chamada Pública para aquisição de uniformes para os servidores do Poder Legislativo de São Sepé, conforme segue:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	27	Jaqueta confeccionada em tecido Java impermeável, na cor azul-marinho, com forro em fibra interna, contendo bordado frontal do símbolo da bandeira do Município de São Sepé/RS, acompanhado da inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas. Modelo com punhos e barra inferior em ribana.
2	27	Camiseta gola polo manga curta, confeccionada na cor azul-marinho, com pequeno punho nas mangas, contendo bordado frontal na cor branca com a inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas.
3	27	Camiseta gola polo manga longa, confeccionada na cor azul-marinho, com pequeno punho nas mangas, contendo bordado frontal na cor branca com a inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.2.2 – ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

1.2.3 – ANEXO III – REFERÊNCIA DOS UNIFORMES.

### 2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de São Sepé/RS, para o exercício de 2026:



# Poder Legislativo

## Câmara de Vereadores de São Sepé - RS

www.saosepe.rs.leg.br - E-mail: legisss@plugnet.psi.br

Órgão: 1 - Câmara Municipal de Vereadores Unidade:  
1 - Câmara Municipal de Vereadores  
Ação: 8894 – Manutenção do Poder Legislativo  
Elemento de Despesa: 3390300000000 – Material de consumo  
Vínculo 15000000  
Saldo p/reserva R\$ 38.237,45

### 3.0 – DO VALOR ESTIMADO:

3.1 - O valor global estimado para contratação terá como base orçamentos de empresas do ramo (docs. em anexo), cujo preço da quantidade por item alcança o valor referencial de:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR POR ITEM	VALOR TOTAL
1	27	Jaqueta confeccionada em tecido Java impermeável, na cor azul-marinho, com forro em fibra interna, contendo bordado frontal do símbolo da bandeira do Município de São Sepé/RS, acompanhado da inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas. Modelo com punhos e barra inferior em ribana.	R\$ 230,00	R\$ 6.210,00
2	27	Camiseta gola polo manga curta, confeccionada na cor azul-marinho, com pequeno punho nas mangas, contendo bordado frontal na cor branca com a inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas.	R\$ 60,00	R\$ 1.620,00
3	27	Camiseta gola polo manga longa, confeccionada na cor azul-marinho, com pequeno punho nas mangas, contendo bordado frontal na cor branca com a inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas.	R\$ 65,00	R\$ 1.755,00
TOTAL				R\$ 9.585,00

3.2 – O valor unitário de cada item deve ser independente do tamanho solicitado. O tamanho será conforme o selecionado (experimentado) por cada servidor.

3.3 – A empresa vencedora deverá comparecer na Sede da Licitante, em data previamente agendada, a fim de serem realizadas as medidas ou experimentação dos tamanhos dos produtos ora licitados.

### 4.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente CHAMADA PÚBLICA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão/poderão ser encaminhados ao e-mail: legisss@plugnet.psi.br ou mediante protocolo no setor de licitação/secretaria, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA.

4.1.1 Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 09/06/2026 às 23h59min

4.1.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no setor de licitações, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declarações com as seguintes informações:

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;



## Poder Legislativo

### Câmara de Vereadores de São Sepé - RS

www.saosepe.rs.leg.br - E-mail: legiss@plugnet.psi.br

III - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

V - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

4.1.2.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.2 Para habilitação poderão ser exigidos:

4.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.2.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou registro comercial, no caso de empresa individual.

4.2.1.2 – Cédula de Identidade de todos os sócios proprietários.

4.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

4.2.2.1 - Certidão negativa de falência ou concordata com sua expedição nunca superior a três meses da abertura deste processo, referente à comarca de domicílio da empresa licitante.

4.2.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.2.3.1 - Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou prova equivalente que comprove, inequivocamente, a regularidade de situação.

4.2.3.2 - Certidão de regularidade para com a fazenda estadual e municipal do domicílio da empresa licitante.

4.2.3.4 – Certidão conjunta de regularidade da receita federal e tributos federais e dívida ativa da União e INSS.

4.2.3.5 – CND TRABALHISTA.

5.0 – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva execução dos serviços ou entrega dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

5.3. Em função da licitante ser uma entidade pública, é obrigatório (para as empresas da Categoria Geral) que haja retenção de Imposto de Renda de 1,2% para mercadorias ou de 4,8% para serviços, conforme IN RFB 1234/2012 e Decreto Municipal 4.341/2022.

6.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá a Câmara de Vereadores revogar o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. A Câmara de Vereadores deverá anular o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.3. A anulação do procedimento de Chamada Pública, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.



**Poder Legislativo**  
**Câmara de Vereadores de São Sepé - RS**  
www.saosepe.rs.leg.br - E-mail: legiss@plugnet.psi.br

Gabinete da Presidência, em 02 de junho de 2026.

Ver. Claudiocir da Silva Ferreira  
Presidente



PROCESSO Nº. 07/2026

DISPENSA PRESENCIAL Nº. 06/2026

ANEXO I

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I e/ou II da Lei 14.133/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui o objeto do presente Termo de Referência a aquisição de:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	27	Jaqueta confeccionada em tecido Java impermeável, na cor azul-marinho, com forro em fibra interna, contendo bordado frontal do símbolo da bandeira do Município de São Sepé/RS, acompanhado da inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas. Modelo com punhos e barra inferior em ribana.
2	27	Camiseta gola polo manga curta, confeccionada na cor azul-marinho, com pequeno punho nas mangas, contendo bordado frontal na cor branca com a inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas.
3	27	Camiseta gola polo manga longa, confeccionada na cor azul-marinho, com pequeno punho nas mangas, contendo bordado frontal na cor branca com a inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas.

2. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR

2.1 O valor estimado para a contratação, possui como referência o valor total de R\$ 9.585,00, conforme orçamentos de empresas do ramo. (docs. em anexo).

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 Adquirir uniformes para os Servidores do Poder Legislativo, visando padronizá-los e identificá-los para o atendimento ao público. Refere-se que os atuais uniformes estão desgastados pelo uso, considerando a rotatividade de servidores, e o fato da última aquisição destes produtos ter se dado ainda no ano de 2024.

4. OBJETIVO

4.1 Possibilitar que os Servidores da Casa se apresentem ao público devidamente identificados e de forma padronizada.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva execução da entrega dos produtos/equipamentos e instalação conforme Plano de implantação quando exigível, mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

5.3. Em função da licitante ser uma entidade pública, é obrigatório (para as empresas da Categoria Geral) que haja retenção de Imposto de Renda de 1,2% para mercadorias ou de 4,8% para serviços, conforme IN RFB 1234/2012 e Decreto Municipal 4.341/2022.



### 6. DO LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços ou entrega dos produtos serão realizados na Sede da Câmara de Vereadores de São Sepé.

### 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato vigorará por 30 (trinta) dias.

### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

a) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.

b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados ou produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.

h) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

i) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;

j) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;

k) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;

m) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

### 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## Poder Legislativo

### Câmara de Vereadores de São Sepé - RS

www.saosepe.rs.leg.br - E-mail: legisss@plugnet.psi.br

f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

g) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.

h) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

i) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

#### 10. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Câmara de Vereadores de São Sepé, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

10.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

10.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

10.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

10.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

#### 11. DAS SANÇÕES

11.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.

b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.

c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.



## Poder Legislativo

### **Câmara de Vereadores de São Sepé - RS**

www.saosepe.rs.leg.br - E-mail: legisss@plugnet.psi.br

d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

Gabinete da Presidência, em 02 de junho de 2026.

Ver. Claudiocir da Silva Ferreira  
Presidente



# Poder Legislativo

## Câmara de Vereadores de São Sepé - RS

www.saosepe.rs.leg.br - E-mail: legiss@plugnet.psi.br

PROCESSO Nº. 07/2026

DISPENSA PRESENCIAL Nº. 06/2026

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aquisição de uniformes para os Servidores do Poder Legislativo.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto da presente licitação é a aquisição de uniformes para possibilitar que os Servidores da Casa se apresentem ao público devidamente identificados e de forma padronizada.

### 2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A aquisição pretendida está prevista no Orçamento vigente do Poder Legislativo, estando assim alinhada com o planejamento desta Casa.

### 3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens/serviços de uniformes têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado. A aquisição será realizada por meio de licitação, na modalidade Dispensa Presencial.

Os requisitos para a contratação incluem a entrega dos itens em até 30 dias, em perfeitas condições e acompanhados da Nota Fiscal. O fornecedor deve comunicar atrasos com 48 horas de antecedência. Os uniformes devem seguir especificações técnicas, garantindo qualidade e conforto, com garantia contra defeitos. As empresas devem estar regulares perante as autoridades fiscais e trabalhistas, sem sanções impeditivas. Todos os custos de realização e entrega são responsabilidade da contratada, e os serviços estarão sujeitos à fiscalização da contratante.

### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida são:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR POR ITEM	VALOR TOTAL
1	27	Jaqueta confeccionada em tecido Java impermeável, na cor azul-marinho, com forro em fibra interna, contendo bordado frontal do símbolo da bandeira do Município de São Sepé/RS, acompanhado da inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas. Modelo com punhos e barra inferior em ribana.	R\$ 230,00	R\$ 6.210,00
2	27	Camiseta gola polo manga curta, confeccionada na cor azul-marinho, com pequeno punho nas mangas, contendo bordado frontal na cor branca com a inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas.	R\$ 60,00	R\$ 1.620,00
3	27	Camiseta gola polo manga longa, confeccionada na cor azul-marinho, com pequeno punho nas mangas, contendo bordado frontal na cor branca com a	R\$ 65,00	R\$ 1.755,00



		inscrição "PODER LEGISLATIVO" em letras maiúsculas.		
TOTAL				R\$ 9.585,00

O valor unitário de cada item deve ser independente do tamanho solicitado. O tamanho será conforme o selecionado (experimentado) por cada servidor.

A empresa vencedora deverá comparecer na Sede da Licitante, em data previamente agendada, a fim de serem realizadas as medidas ou experimentação dos tamanhos dos produtos ora licitados.

### 5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos.

Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa em empresas do ramo (*vide* requisição de compras em anexo).

### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 9.585,00 (nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente.

### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta inclui a aquisição de uniformes que atendem às especificações técnicas e quantitativas detalhadas no Termo de Referência. Esses uniformes serão fornecidos aos servidores da Casa, garantindo qualidade e padronização aos trabalhadores legislativos.

### 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente aquisição, ante a necessidade de recebimento dos produtos em parcela única, assim como, diante da suficiência de recursos para o pagamento a vista.

### 9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, promover melhores condições de trabalho aos Servidores da Casa. Os uniformes garantirão a padronização e identificação, promovendo um melhor atendimento ao público. A alta qualidade dos uniformes não apenas proporcionará conforto aos Servidores, mas também garantirá uma padronização visual e de identificação que é essencial para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

### 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Proceder a execução do processo de contratação por dispensa presencial.

### 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.



## Poder Legislativo

### Câmara de Vereadores de São Sepé - RS

www.saosepe.rs.leg.br - E-mail: legisss@plugnet.psi.br

#### 12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

#### 13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a compra é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Gabinete da Presidência, em 02 de junho de 2026.

Ver. Claudiocir da Silva Ferreira  
Presidente



PROCESSO Nº. 07/2026

DISPENSA PRESENCIAL Nº. 06/2026

ANEXO III

REFERÊNCIA DOS UNIFORMES





**Poder Legislativo**  
**Câmara de Vereadores de São Sepé - RS**  
www.saosepe.rs.leg.br - E-mail: legjsss@plugnet.psi.br

Gabinete da Presidência, em 02 de junho de 2026.

Ver. Claudiocir da Silva Ferreira  
Presidente